



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

(Prestação de Serviço Contínuo com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra)

Pregão Eletrônico nº ____/2023 - Processo Administrativo nº 2991/2022

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de locação de veículos automotores, com prestação de serviços terceirizados de motoristas, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos veículos, lavagem automotiva, seguros e taxas, bem como aquisição de combustível e cobrança automática em pedágios, para suporte às atividades finalísticas e institucionais do Coren-SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O detalhamento completo do objeto segue descrito no presente anexo e nos Anexo II – Especificações Técnicas, III – Planilha de Custos e Formação de Preços e IV – Instrumento de Medição de Resultados – IMR.

GRUPO ÚNICO								
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO (30 MESES)
1	Veículo tipo 1 - Categoria 'Hatch' Locação de veículos de representação, preferencialmente de fabricação nacional e com as seguintes características: bicomcombustível, tipo 'hatchback', quatro portas, cor preta, capacidade para cinco ou mais pessoas, potência/motorização mínima 98 (cv), transmissão automática, ar condicionado, direção elétrica, vidros e travas elétricas, <i>air bag</i> , volante com regulagem de altura, dispositivo para visualização de aplicativos de localização (Google Maps e Waze), por meio de emparelhamento por aplicativo(s) de celular (Android e IOS), com tela de no mínimo 7 polegadas, conexão via USB e/ou Bluetooth e/ou Wi-Fi.	4014	Unidade (veículo/mês)	27	R\$ 4.006,94	R\$ 108.187,45	R\$ 1.298.249,40	R\$ 3.245.623,51
2	Veículo tipo 2 - Categoria 'Sedan' Locação de veículos de representação, preferencialmente de fabricação nacional e com as seguintes características: bicomcombustível, tipo SEDAN, quatro portas, cor preta, capacidade para cinco pessoas, potência/motorização mínima de 110 (cv); transmissão automática, ar condicionado, direção elétrica, vidros e travas elétricas, <i>air bag</i> , volante com regulagem de altura, porta malas com 440 litros no mínimo,	4014	Unidade (veículo/mês)	8	R\$ 5.677,19	R\$ 45.417,50	R\$ 545.009,94	R\$ 1.362.524,85



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

GRUPO ÚNICO								
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO (30 MESES)
	dispositivo para visualização de aplicativos de localização (Google Maps e Waze), por meio de emparelhamento por aplicativo(s) de celular (Android e IOS), com tela de no mínimo 7 polegadas, conexão via USB e/ou Bluetooth e/ou Wi-Fi.							
3	Veículo tipo 3 - Categoria 'Utilitário' Locação de veículo do tipo 'utilitário', destinado ao transporte misto de passageiros e cargas no mesmo compartimento; mínimo 2 portas; Nacional; Transmissão mecânica – capacidade de carga de mínima de 1.500 kg e Peso Bruto Máximo 3,5 toneladas, dispositivo para visualização de aplicativos de localização (Google Maps e Waze), por meio de emparelhamento por aplicativo(s) de celular (Android e IOS), com tela de no mínimo 7 polegadas, conexão via USB e/ou Bluetooth e/ou Wi-Fi e bagageiro de teto.	4014	Unidade (veículo/mês)	1	R\$ 6.480,80	R\$ 6.480,80	R\$ 77.769,59	R\$ 194.423,98
4	Serviços de motoristas	15008	Posto (mensal)	5	R\$ 5.557,20	R\$ 27.786,02	R\$ 333.432,24	R\$ 833.580,60
5	Pagamento de Pedágios (estimativa) – NÃO SERÁ OBJETO DE LANCES*	18368	Verba (estimativa - 30 meses)	1	n/a	n/a	R\$ 274.241,40	R\$ 685.603,50
6	Aquisição de Combustível (estimativa) - NÃO SERÁ OBJETO DE LANCES*	12831	(estimativa - 30 meses)	1	n/a	n/a	R\$ 89.406,72	R\$ 223.516,80
VALORES TOTAIS ESTIMADOS DA CONTRATAÇÃO (GRUPO ÚNICO):							R\$ 2.618.109,30	R\$ 6.545.273,24

*Os itens 5 e 6, considerando que correspondem a verbas específicas para a aquisição de combustíveis e pagamentos de pedágios, **não deverão ser objeto de lances na sessão de licitação.**

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de **locação de veículos automotores**.

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Global**.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1.** Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1.** Conforme os Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

5.1.2. Requisitos Necessários para atendimento da Necessidade:

5.1.2.1. A Contratada deverá possuir estrutura administrativa, logística e de pessoal suficientes para proporcionar a execução da Solução contratada dentro dos níveis mínimos de serviços estabelecidos pelo Coren-SP em todas as localidades e área de abrangência previstas no Termo de Referência;

5.1.2.2. A Contratada deverá dispor de meios e arcar com os custos de viabilizar toda a operação logística de distribuição dos veículos nas localidades indicadas pelo Coren-SP, no início da vigência contratual e na ocorrência de fatos que ensejem a substituição/transferência de veículos;

5.1.2.3. A Contratada deverá disponibilizar todos os veículos em estado novo, promovendo a substituição de veículos sempre que necessário, quando completado 30 (trinta) meses de utilização da Contratante, ou mediante previsão contratual, respeitando, além dos componentes de segurança obrigatórios e outros exigidos por legislação, todas as especificações técnicas definidas pela Contratante, ficando responsável, também, pela identificação dos veículos oficiais, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Coren-SP;

5.1.2.4. A Contratada deverá executar, para todos os veículos disponibilizados, as rotinas de manutenção preventiva atendendo às recomendações dos fabricantes; de manutenção corretiva, sempre que necessário, e limpeza, higienização e conferência dos itens de segurança obrigatórios dos veículos;

5.1.2.5. A Contratada deverá disponibilizar meio de comunicação móvel entre os motoristas eventualmente disponibilizados, os usuários do Coren-SP e a Fiscalização do Contrato, de forma a garantir a boa operação dos serviços contratados;

5.1.2.6. A Contratada deverá promover o credenciamento de redes de postos de combustível para o abastecimento dos veículos compreendidos dentro da relação contratual, dentro dos níveis de serviços estabelecidos pela Contratante, ficando responsável pela implantação e operação de sistema informatizado de gestão dos abastecimentos, bem como disponibilizando cartões magnéticos ou microprocessados



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

destinados à aquisição dos combustíveis. Os custos relacionados à operação dos serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis deverão ser contemplados na estratégia de preços da Contratada.

5.1.2.7. A Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes às categorias de ocupação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO nº 7823-05 e 7825; devidamente habilitados e aptos a exercerem atividade remunerada, conforme CTB e treinados e capacitados para o desenvolvimento das atividades de motorista;

5.1.2.8. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão utilizar, necessariamente (Itens 1 e 2) ou preferencialmente (item 3), combustível renovável (etanol, biocombustíveis ou eletricidade) inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998;

5.1.2.8.1. Qualquer que seja o combustível renovável a ser utilizado, a Contratada **será obrigada** a atender as exigências mínimas de rede de postos de combustíveis (ou pontos de recarga, no caso de veículos movidos a eletricidade) exigidos pela Contratante.

5.1.2.9. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser disponibilizados na modalidade ‘quilometragem livre’ *(o estabelecimento de quilômetros na Planilha de Custos e Formação de Preços corresponde à quilometragem média dos veículos postos à disposição do Coren-SP no contrato atual, servindo à disciplina de custos e formação de preços dos serviços mensais de locação, apenas);*

5.1.2.10. A Contratada deverá atender aos requisitos de sustentabilidade definidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, legislação que rege o tema e outros eventualmente definidos pela Contratante.

5.1.2.11. Contratada deverá cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), guardando estrito sigilo quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.1.3. Natureza Continuada do Serviço

5.1.3.1. Considerando que a disponibilização de Solução para o deslocamento de pessoas a serviço do Coren-SP é essencial para o cumprimento das atividades finalísticas, institucionais e administrativas da Autarquia, o objeto de estudos encontra amparo na definição do caput do art. 15 da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, que define serviço continuado como aqueles que, *“pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional”*.

5.1.4. Duração Inicial do Contrato

5.1.4.1. O prazo de vigência da contratação será de 30 (trinta) meses, contados do início da vigência contratual, prorrogável até 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, II da Lei nº 8.666/1993.

5.1.4.2. Justificativas a respeito da vigência contratual definida se encontram pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Termo de Referência.

5.1.5. Transição Contratual

5.1.5.1. A prestação de serviços em questão não enseja a necessidade de promover transição contratual com a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria das empresas que atuam no ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

5.1.6. Soluções de Mercado

5.1.6.1. Justificativas a respeito das soluções estudadas e justificativa do tipo de Solução a contratar se encontram pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão utilizar, necessariamente (itens 1 e 2) ou preferencialmente (item 3), combustível renovável (etanol, biocombustíveis ou eletricidade) inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998;

6.2. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e nº 242/1998 e legislação superveniente e correlata;

6.3. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes;

6.4. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes;

6.5. Os veículos a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) ou comprovada eficiência energética equivalente, o que poderá ser comprovado mediante qualquer meio idôneo válido, em especial, por laudo pericial;

6.6. A contratada deverá providenciar o recolhimento e a destinação adequada aos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, nos termos do artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010, Resolução CONAMA nº 416/2009, Instrução Normativa nº 09/2021 e normas correlatas.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Não se aplica para o objeto licitatório.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Da Inicialização dos Serviços

Em até 3 (três) dias úteis após o início da vigência contratual, a Administração e Contratada deverão realizar uma Reunião Técnica Inicial (RTI), a ser realizada presencialmente, na Sede do Coren-SP ou por meio de recursos telemáticos, entre os Fiscais de Contrato titulares e substitutos, o Setor de Administração de Contratos (SAC) e Responsável Legal e/ou Preposto da Contratada com o objetivo de nivelar, entre as partes, os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus Anexos, tratando da seguinte pauta, não exaustiva a:

- a) Definição de aspectos gerais em relação aos veículos a serem disponibilizados, características de identificação de veículos oficiais, documentos dos veículos e dos motoristas a serem apresentados, e outros aspectos relevantes entendidos como necessários por parte da Contratante;
- b) Definição de cronograma de implantação dos serviços, com disponibilização, por parte da Contratante, de relação de endereços e quantidades de veículos para entrega em cada unidades do Coren-SP contemplada no objeto de contratação, bem como de relação de usuários do Coren-SP autorizados à condução de veículos e de outros aspectos relevantes relacionados à demanda do órgão;
- c) Apresentação, por parte da Contratada, de rede de combustíveis credenciados no Estado de São Paulo para aquisição de combustível, para aprovação da Contratante, bem como da sistemática para aquisição de combustíveis, características de faturamento e controle da aquisição de combustíveis, com orientações a respeito do cadastro de usuários e da Fiscalização, para acesso às informações e relatórios gerenciais da ferramenta tecnológica de gestão da aquisição de combustíveis;
- d) Apresentação, por parte da Contratada, da funcionalidade de cobrança automática de pedágio, com relação de praças contempladas, para informação da Contratante, bem como da sistemática para cobrança automática de pedágio, com orientações a respeito do cadastro de usuários e da Fiscalização, para acesso às informações e relatórios gerenciais da ferramenta tecnológica de gestão da cobrança automática de pedágios;
- e) Definição de meios de comunicação entre as partes, com disponibilização, por parte da Contratada, dos contatos focais em relação às questões operacionais e administrativas que envolvem o Contrato;
- f) Esclarecimentos, pela Contratante, quanto ao modelo de execução dos serviços, de procedimentos em casos de sinistros, quanto ao modelo de Gestão do Contrato e em relação à aplicação do Instrumento de Medição de Resultados e outros aspectos entendidos como relevantes em relação à medição dos serviços e execução do contrato.

8.1.1.1. O início da execução dos serviços, salvo por disposição contrária da Contratante, estará autorizado a partir da realização da RTI.

8.1.2. Da Entrega dos Veículos

8.1.2.1. Os atos de entrega inicial dos veículos novos e de retirada definitiva dos veículos ocorrerão nas unidades do Coren-SP, dentro do estado de São Paulo, indicadas para



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

recepção de veículos, conforme distribuição e localidades descritas na tabela do tópico 9.1.2. abaixo.

8.1.2.2. O prazo para entrega inicial dos veículos novos dos tipos 1, 2 e 3, nas localidades definidas pelo Coren-SP quando da RTI será de 10 (dez) dias úteis contados da data de realização da reunião em questão.

8.1.2.3. Os veículos deverão ser apresentados os tanques totalmente abastecidos e com toda a documentação regularizada. Por ocasião de sua devolução, o Coren-SP os entregará abastecidos da mesma forma, sendo certo que o horário previsto para entrega e retirada dos veículos será das 07h00 às 17h00, de segunda a sexta feira.

8.1.2.4. A Contratante realizará verificação inicial dos veículos entregues, de forma a confrontá-los com as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência e seus anexos, de forma que, veículos entregues em desconformidade com qualquer das especificações técnicas exigidas pela Contratante não serão aceitos, devendo a Contratada providenciar a substituição dos veículos dentro dos prazos estabelecidos neste Termo, sem prejuízo da aplicação do Instrumento de Medição de Resultados e providências relacionadas a eventuais penalidades administrativas.

8.1.2.5. Obrigatoriamente, na disponibilização dos veículos ao Coren-SP, e sempre que houver troca de veículos, os seguintes documentos deverão ser apresentados à Contratante:

8.1.2.5.1. Apólice de Seguro nos termos do Anexo II – Especificações Técnicas;

8.1.2.5.2. Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) da frota de veículos, obrigatoriamente do Estado de São Paulo.

8.1.3. Da substituição dos veículos por oportunidade da renovação contratual ou de 30 (trinta) meses de serviços:

8.1.3.1. A Contratada deverá promover a substituição de veículo posto à disposição da Administração (tipos 1, 2 e 3), **sempre que o veículo completar 30 (trinta) meses de utilização da Contratante OU 120.000 (cento e vinte mil) quilômetros percorridos, o que ocorrer primeiro.**

8.1.3.2. Deste modo, caso as partes optem pela renovação do Contrato após o término da vigência inicial de 30 (trinta) meses, todos os veículos que se encontrem em vias de completar 30 (trinta) meses de utilização da Contratante ou 120.000 (cento e vinte mil) quilômetros percorridos, deverão ser substituídos por veículos novos, podendo ser de diferentes fabricantes ou modelos, desde que respeitadas as especificações técnicas de cada tipo de veículo substituído e aprovados pela Contratante.

8.1.3.3. O prazo máximo para substituição de veículos que tenham completado 30 (trinta) meses de utilização da Contratante OU 120.000 (cento e vinte mil) quilômetros percorridos, por veículos novos será de até 60 (sessenta dias) corridos do primeiro dia útil do mês subsequente ao mês em que tenham completado o período de troca.

8.1.3.4. A definição de 30 (trinta) meses de vida útil também implica na não obrigatoriedade de troca, por ocasião da renovação contratual, de veículos novos que tenham sido postos à disposição da Contratante durante o período de vigência do termo inicial do contrato (a título de exemplo, um veículo novo posto à disposição no 10º mês



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

de vigência do Contrato, deverá ser substituído, caso mantida a relação contratual entre as partes, no 41º primeiro mês de vigência).

8.1.3.5. Tendo em vista que os veículos são de propriedade da Contratada, a Contratante não indenizará a Contratada caso veículos postos à disposição do órgão não completem 30 (trinta) meses de uso por conta de rescisão de contrato motivada por inadimplemento ou outras hipóteses de rescisão, bem como no caso de término de vigência contratual.

8.1.4. Da aquisição de combustíveis e do mecanismo cobrança automática de pedágio

8.1.4.1. Dentro do prazo definido para entrega dos veículos nas unidades do Coren-SP, 10 (dez) dias úteis contados da RTI, deverá a Contratada viabilizar todos os procedimentos operacionais e administrativos necessários ao cadastramento de veículos ou de usuários para aquisição de combustíveis e relacionados ao mecanismo de cobrança automática de pedágio, de forma que os veículos possam ser utilizados para atendimento das necessidades da Contratante imediatamente após a aprovação/entrega dos veículos novos disponibilizados ao Coren-SP.

8.1.4.2. Considerado procedimento de transição Contratual, por ordem da Contratante, a Contratada deverá disponibilizar contingências para manutenção da atividade finalística da Contratante, especialmente relacionada à distribuição de até 30 (trinta) cartões (ou outro recurso tecnológico) destinados à aquisição de combustíveis em postos credenciados em municípios do Estado de São Paulo, em conformidade aos requisitos estabelecidos no Anexo II – Especificação Técnica, tendo em vista o término do contrato atual de vale combustível do Coren-SP em 05/07/2023.

8.1.5. Dos Serviços Terceirizados de Motoristas

8.1.5.1. Os motoristas terão sua base operacional na Sede do Coren-SP, localizada na Alameda Ribeirão Preto nº 82 – Bela Vista – São Paulo/SP – CEP 01331-000, e se deslocarão especialmente na Região Metropolitana de São Paulo, podendo, também, trafegar por todo território do Estado de São Paulo, a depender das necessidades do Coren-SP.

8.1.5.2. Os motoristas deverão, obrigatoriamente, serem apresentados à Contratante devidamente uniformizados e identificados, portando toda a documentação de contratação e de qualificação técnica exigida para exercício da atividade remunerada de motorista, conforme relação inicial de documentos estabelecida neste Termo e no Anexo II – Especificações Técnicas.

8.2. Os veículos deverão estar disponíveis para utilização, e os motoristas “a postos” até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, impreterivelmente.

8.3. Na hipótese de qualquer intercorrência de ordem operacional ou logística que impeça o cumprimento dos prazos estabelecidos, deverá a Contratada formalizá-lo imediatamente a partir da ocorrência do fato gerador, justificando-o para a Administração, com faculdade para aceitar ou não a justificativa. Ademais, acompanhado da justificativa, deverá a Contratada apresentar plano de contingência destinado à manutenção da Solução até que se superem as eventuais intercorrências em questão.

8.4. Prazos de substituição de profissionais / veículos que não atendam às especificações e aos requisitos descritos:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.4.1. Até 2 (dois) dias úteis contados da data notificação, a ser encaminhada eletronicamente pela Contratante.

8.4.2. Quando se tratar de falha ou vício dos veículos, inclusive de fabricação, a Contratada deverá providenciar o reparo e/ou substituição dentro do prazo aceitável para a regularização da situação, acordado com o Coren-SP.

8.5. Os prazos acima são condições gerais para prestação dos serviços. Demais condições de substituição / saneamento deverão seguir as especificidades de cada item, conforme disposto no Anexo II – Especificações Técnicas ou, ainda, outros prazos poderão ser estipulados pelo fiscal do Contrato conforme as peculiaridades do serviço, sempre observando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade que norteiam a Administração Pública.

8.6. A descrição das demais condições para a execução do objeto se encontram pormenorizadas no Anexo II – Especificações Técnicas.

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A demanda do Coren-SP tem por base as seguintes características:

9.1.1. Critérios para o Dimensionamento:

9.1.1.1. A Equipe de Planejamento da Contratação levou em conta as demandas por locações de veículos do Coren-SP, contemplando a Sede e unidades descentralizadas do órgão, de forma a atendê-las por meio do estabelecimento de três categorias, ou como denominados neste Termo de Referência, tipos de veículos.

9.1.1.2. Ademais, também realizou levantamento de demanda de terceirização de serviços de motoristas, a serem disponibilizados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra. O levantamento em questão considerou o histórico de serviços prestados, por meio de levantamentos de chamados das áreas do Coren-SP e do controle de escalas realizado pela fiscalização do contrato atual. Além da previsão quantitativa de motoristas, considerando a imprevisibilidade eventual em relação ao cumprimento de carga horária de motoristas em trânsito, foi previsto o pagamento de horas extraordinárias e de adicional noturno, que serão pagas na ocorrência dos respectivos fatos geradores.

9.1.1.3. Finalmente, em relação à verba reservada para aquisição de combustível e pagamento de pedágios, corresponde à multiplicação, pelo período do contrato que se pretende firmar (30 meses) pelo valor médio mensal apurado no contrato atual de gerenciamento de aquisição de combustíveis e do cômputo de pedágios aplicados aos veículos locados a serviço do Coren-SP.

9.1.1.4. Maior detalhamento a respeito do dimensionamento do objeto pode ser obtido em leitura dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

9.1.2. Locais de Execução dos Serviços:

9.1.2.1. Tratando-se de contratação destinada ao atendimento das necessidades das unidades do Coren-SP como um todo, a distribuição dos 35 (trinta e cinco) veículos a serem locados (entre os tipos 1, 2 e 3), ocorrerá entre a unidade Sede, em São Paulo/SP e unidades descentralizadas do órgão, localizadas em municípios da Região Metropolitana, litoral e interior do Estado de São Paulo.

9.1.2.2. A tabela abaixo informa as unidades do Coren-SP e respectivas quantidades de veículos previstas por unidade e contempladas no objeto de contratação (em relação à



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

distribuição de veículos 1 e 2 entre as referidas unidades, será objeto de decisão da Contratante no momento da implantação dos serviços. O veículo do tipo 3, será mantido na Sede).

UNIDADES DO COREN-SP	QUANTIDADE PREVISTA DE VEÍCULOS (TIPOS 1 E/OU 2)
Sede (São Paulo/SP)	13
Subseção Santo André	1
Subseção Osasco	1
Subseção Guarulhos	0
Subseção São José dos Campos	2
Subseções Botucatu + Subseção Itapetininga	3
Subseção Campinas	2
Subseção Marília	3
Subseção Presidente Prudente + Subseção Araçatuba	3
Subseção Ribeirão Preto	3
Subseção Santos	2
Subseção São José do Rio Preto	2

9.1.2.3. Sem prejuízo das localidades acima informadas, mantidas as quantidades contratadas ou por meio de aditamento ao contrato originário, respeitados os limites determinados pela Lei nº 8.666/1993, na hipótese de alteração de demanda ou de ampliação de demanda, a disponibilização de veículos poderá ocorrer em qualquer das unidades em funcionamento do Coren-SP, cuja relação e endereços pode ser localizada no sítio do Coren-SP¹.

9.1.2.4. Importante destacar que a Contratada deverá manter a qualidade e níveis de serviços exigidos neste Termo de Referência para qualquer uma das localidades previstas neste Termo de Referência, de forma que o não atendimento a obrigações contratuais de forma injustificada ou com justificativa não aceita pela Administração será objeto de aplicação do Instrumento de Medição de Resultados – IMR e, se o caso, penalidade administrativa.

9.1.2.5. Em relação aos serviços de motoristas, todos os 5 (cinco) postos previstos estarão lotados na unidade Sede do Coren-SP, em São Paulo/SP.

9.1.3. Especificações Técnicas Gerais e detalhamento de serviços contemplados no objeto contratual: Conforme Anexo II – Especificações Técnicas.

9.1.4. Da Prestação dos serviços terceirizados de motoristas (prestados com mão de obra em regime de dedicação exclusiva)

9.1.4.1. Os serviços serão prestados de segunda a sexta-feira, em dias úteis, em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos estabelecidos de acordo com a conveniência administrativa do Coren-SP, no intervalo compreendido entre as 06h00 e 22h00, com intervalo mínimo de 1 (uma) hora para descanso e refeição, segundo a legislação trabalhista vigente.

9.1.4.2. As alterações das escalas de serviços ordinários serão comunicadas pela Administração mediante simples comunicação pelo Fiscal/Gestor do Contrato;

¹ <https://portal.coren-sp.gov.br/fale-conosco/enderecos/>. Acesso: 10/05/2023.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

9.1.4.3. Sem prejuízo da previsão de pagamento de horas extras, na eventual necessidade de atividades aos sábados, domingos e feriados, ou, em urgências e emergências após o horário estipulado, poderão, ***caso haja previsão correspondente na CCT atrelada à categoria e apresentada pela Contratada na licitação*** e, a critério da Administração, ser compensados antes ou após a programação das atividades, em comum acordo com a Fiscalização e a Contratada, devendo ser observado o limite de prorrogação de jornada de 2 (duas) horas diárias previsto na CLT.

9.1.4.4. Na hipótese de haver recesso em período compreendido entre Natal e Ano Novo ou emendas de feriados², ocasiões em que eventualmente esteja suspenso o expediente nas dependências da Contratante, caso o profissional seja dispensado, deverá haver o desconto dos dias úteis não trabalhados, na Nota Fiscal de prestação dos serviços do mês correspondente, conforme Nota Técnica nº 66/2018 – MP.

9.1.4.5. Deverá haver o desconto, na fatura a ser paga pela Administração, do valor global pago a título de vale-transporte, em relação aos empregados que optarem expressamente por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16/12/1985, de acordo com ON SLTI nº 3, de 10/09/2014.

9.1.4.6. A Contratada deverá providenciar, na hipótese de falta de funcionário por período superior a 2 (duas) horas contadas a partir do horário de entrada do respectivo funcionário, profissional para cobertura do posto. O profissional ausente deverá ser repostado por outro cujas qualificações sejam iguais àsquelas mínimas definidas para o serviço contratado.

9.1.4.7. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informa-se que foi utilizada a seguinte Convenção Coletivas de Trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

CATEGORIA PROFISSIONAL	CCT	Nº REGISTRO MTE	ABRANGÊNCIA	DATA BASE
Motorista 'carro leve'	SINDLOC SP X SINDELOCADESP	SP-006639/2022	SÃO PAULO/SP	01/05/2022

9.1.4.8. Cabe destacar que a CCT mencionada acima não é de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão nº 369/2012 – Primeira Câmara do TCU), existindo outro Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo da Categoria com abrangência do município de São Paulo, mas sempre será exigido das contratadas o cumprimento das convenções coletivas indicadas quando da apresentação da Planilha de Custos e Formação de Preços e da Proposta Comercial na sessão de licitação.

9.2. Outras Informações

9.2.1. A Planilha de Custo disponibilizada no Anexo III, relacionada ao Item 4, prevê rubrica com os custos referentes à contribuição dos Riscos Ambientais do Trabalho - RAT e seu multiplicador que é o Fator Acidentário de Prevenção – FAP. A empresa deverá apresentar documento apto a comprovar o fator multiplicador (FAP) declarado em sua planilha de custos e formação de preços, em atenção ao princípio da isonomia e da proposta mais vantajosa para a administração. Esse

² O calendário de funcionamento das unidades das unidades do Coren-SP com indicações das emendas de feriado aprovadas, bem como eventuais períodos de recesso encontra-se disponível no endereço <https://portal.coren-sp.gov.br/feriados-dias-de-funcionamento/>. Acesso: 10/05/2023.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

documento que comprova o fator multiplicador (FAP) pode ser obtido no site: www.previdencia.gov.br, mediante CNPJ e senha.

9.2.2. Uma vez que esse fator multiplicador varia de acordo com o melhor ou pior desempenho empresarial do contribuinte em programas que diminuam acidentes e doenças de trabalho, mesmo que haja variação nos percentuais referentes ao RAT e FAP, não haverá revisão destes valores na planilha de custos Contratada.

9.2.3. A composição do preço deverá ser demonstrada e provisionada na Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme redação da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, considerando-se as informações do presente Anexo e demais observações constantes no Edital.

9.2.4. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

9.2.4.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 3 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

9.2.4.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

9.2.4.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

9.2.5. Na proposta comercial deverão estar inclusas todas as despesas e encargos decorrentes da relação contratual, tais como: impostos, fretes, seguros, bem como todas as despesas diretas e indiretas que venham a incidir sobre o objeto da contratação.

9.2.6. Os veículos deverão ser entregues nos locais indicado com os respectivos tanques de combustível cheios, será feita uma vistoria antes e após o uso mediante aprovação do contratante, ficando a cargo da Contratada o acompanhamento ou não.

9.2.7. Os veículos deverão ser apresentados em perfeitas condições de manutenção, uso e dirigibilidade. Ademais, deverão estar em dia as taxas anuais referentes ao imposto sobre propriedade de veículo e equipamento automotor (IPVA), Seguro obrigatório (DPVAT) e certificado de registro e licenciamento do veículo (CRLV).

9.2.8. O objeto de contratação não corresponde à contratação de serviços de locação de veículos com disponibilização de motoristas, mas de locação de veículos e contratação de serviços terceirizados de motoristas, não existindo relação direta entre os motoristas e os veículos, ou seja, os motoristas podem dirigir quaisquer dos automóveis acima relacionados, a critério do Coren-SP.

9.2.9. Todos os custos relativos e taxas anuais, execução dos serviços, assistências técnicas, manutenção e reparos, lavagem e limpeza interna e externa bem substituição do veículo nos casos de sinistro ou qualquer outra situação que torne o veículo nos casos de sinistro ou qualquer outra situação que torne o veículo e equipamento inoperante, são por conta da contratada.

10. UNIFORMES

10.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

10.1.1. O uniforme, para cada empregado, deverá compreender as seguintes peças de vestuário:

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	VIDA ÚTIL (MESES)	QUANTIDADE
Calça social	Unidade	8	2
Camisa manga cumprida/curta	Unidade	6	2
Sapato preto com sola de borracha antiderrapante	Unidade	8	2
Meia de algodão	Par	6	4
Japona	Unidade	30	1
Cinto	Unidade	30	1
Crachá de identificação	Unidade	30	1
Blusa de Lã Acrílica	Unidade	24	1

10.1.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

10.1.3. Os uniformes deverão ser confeccionados em tecidos laváveis, transpiráveis, resistentes, com boa solidez ao cloro e à luz, baixo percentual de encolhimento e desbote e, ainda, deverão conter o logotipo da empresa, bordado ou aplicado nos bolsos das camisetas, blusas, jalecos etc.;

10.1.4. Cada peça/item deverá ser substituído ao fim de sua vida útil, na quantidade informada na listagem acima ou a qualquer época, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

10.1.5. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

11. Os Uniformes deverão ser entregues mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser apresentada à Fiscalização, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da entrega, não podendo ser repassado o custo do uniforme ao ocupante do posto de trabalho nem ser exigido o uniforme usado por ocasião da entrega dos novos;

12. A Contratada por meio de fiscalização deverá garantir o uso dos uniformes de seus empregados, podendo ser pontuada no Instrumento de Medição de Resultados e ter os seus pagamentos ajustados ou, até mesmo, sofrer penalidade administrativa.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.2.1. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 13.2.2.** A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário).
- 13.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 13.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 13.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 13.6.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 13.6.1.** exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 13.6.2.** direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 13.6.3.** promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 13.6.4.** considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 13.7.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 13.8.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 13.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 13.10.** Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 13.11.** Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;
- 13.12.** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 14.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 14.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

14.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

14.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

14.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

14.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

14.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

14.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

14.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, quando o caso, durante a vigência do contrato.

14.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

14.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;

14.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

14.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

14.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

14.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.20. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal;

14.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

14.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

14.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

14.22.2. Os direitos autorais da Solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

14.23. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

14.24. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

14.25. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

14.26. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

14.27. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

14.28. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.29. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

14.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

14.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

14.32. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

14.32.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

14.32.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

14.32.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

14.33. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

14.34. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

14.34.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será permitida a subcontratação do objeto licitatório.

16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

17. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

17.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

17.3. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa e setorial, de acordo com as seguintes disposições:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento e

IV – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

17.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único empregado, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

17.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

17.6. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

17.7. As comunicações entre a Contratante e a Contratada serão realizadas por escrito, através de e-mails, cartas, ofícios e ordens de serviços.

17.8. A Contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

de imediato.

17.9. A Contratada não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

17.10. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

17.11. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações, no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

17.11.1. No primeiro mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b) carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;
- c) exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços e
- d) declaração de responsabilidade exclusiva da Contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

17.11.2. Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

17.11.3. Entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
- c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

17.11.4. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, **quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços**, no prazo definido no contrato:

a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

17.12. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

17.12.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

17.12.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

17.12.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

17.13. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

17.14. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 17.11.1. acima deverão ser apresentados.

17.15. A Contratante deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

17.16. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

17.17. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Superintendência Regional do Trabalho.

17.18. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.19. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

17.20. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

17.20.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

17.20.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

17.20.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

17.21. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

17.22. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

17.23. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

17.24. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

17.25. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

17.26. Nos primeiros 90 (noventa) dias de execução do contrato, considerados como período de estabilização e ajustes, a fiscalização do contrato estudará e informará os eventuais ajustes necessários na prestação dos serviços, se for o caso.

17.26.1. Após o período de ajustes mencionado no subitem anterior, serão glosados do valor total mensal conforme indicadores de qualidade do Instrumento de Medição de Resultados, conforme Anexo IV.

17.26.2. O compute do número de reclamações/registro de ocorrência será mensal.

17.26.3. As reclamações/registro de ocorrência serão realizadas pelo Fiscal do contrato diretamente via e-mail e/ou notificação por escrito.

17.27. Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

17.28. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

17.29. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

17.30. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

17.31. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.32. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.33. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.34. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.35. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

18. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

18.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Anexo IV deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demanda.

18.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento se dará de forma **mensal** e considerará dimensões de medição **quantitativas e qualitativas**, conforme diretrizes abaixo estabelecidas.

18.2.1. A **medição quantitativa** dos itens componentes do Grupo Único deste Termo de Referência se dará da seguinte forma:

18.2.1.1. ITENS 1 a 3 (locação de veículos automotores): Serão objeto de pagamento mensal pela Administração à Contratada, para cada tipo de veículo, a somatória dos custos unitários totais dos serviços de locação de veículos automotores, multiplicado pela quantidade de veículos contemplada no contrato ***(isto importa dizer que a divisão dos elementos de custos na Planilha de Custos e Formação de Preços servem unicamente para definição de valores aceitáveis para o serviço de locação mensal de cada tipo de veículo)***.

18.2.1.2. ITEM 4 (serviço terceirizado de motoristas): Pagamento mensal, conforme



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Anexo III – Planilha de Custos e Formação de Preços e demais condições detalhadas neste Termo de Referência;

18.2.1.3. ITEM 5 (pagamento de pedágios): Será objeto de indenização à Contratada, a totalidade de pedágios pagos em decorrência dos deslocamentos rodoviários dos veículos à serviço da Contratante.

18.2.1.3.1. Caberá à Contratada disponibilizar, por meio da ferramenta de cobrança automática a ser instalada nos veículos da frota, os relatórios de faturamento por veículo e por período de referência, de forma que não será de responsabilidade da Contratante a indenização de custos de pedágio não registrados ou de custos de pedágios de veículos em trânsito para operações de manutenção preventiva ou corretiva de responsabilidade da Contratada.

18.2.1.4. ITEM 6 – AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS: Será objeto de indenização à Contratada, a totalidade dos custos de aquisição de combustíveis em decorrência dos deslocamentos rodoviários dos veículos à serviço da Contratante.

18.2.1.4.1. Caberá à Contratada disponibilizar, por meio de ferramenta de gestão de abastecimento da frota, os relatórios de abastecimentos por veículo, postos de combustível, e por períodos de referência, de forma que não será de responsabilidade da Contratante a indenização de custos de combustível não registrados, não vinculados ao serviço de veículos a serviço da Contratante, de aquisição de insumos de manutenção veicular (tais como óleo, pastilhas de freio, catalisadores, etc.) e custos de combustíveis de veículos em trânsito para operações de manutenção preventiva ou corretiva de responsabilidade da Contratada.

18.2.2. A medição qualitativa dos itens componentes do Grupo Único deste Termo de Referência se dará da seguinte forma:

18.2.2.1. Aplicação, sobre o valor total faturado, do Anexo IV - Instrumento de Medição de Resultados.

18.2.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.2.4. Não produziu os resultados acordados;

18.2.5. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

18.2.6. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demanda.

19. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

19.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

19.2. No prazo de **até 05 dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

19.3. O **Recebimento Provisório** será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

19.3.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

19.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

19.4.1. o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

19.4.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

19.5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

19.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

19.7. No prazo de **até 10 (dez) dias úteis** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

19.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

19.8.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

19.9. No prazo de **até 10 (dez) dias úteis** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

19.9.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

19.9.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

19.9.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Anexo IV - Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

19.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

19.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

20. DO PAGAMENTO

20.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

20.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

20.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

20.4. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

20.5. Os valores finais para pagamento serão aqueles ratificados ou redimensionados após aplicação do Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

20.6. A Nota Fiscal emitida pela Contratada deverá conter descrição sucinta dos itens e serviços executados, o número do processo licitatório e o número da conta bancária para depósito do pagamento; indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, que serão retidos conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade. Deverá, ainda, estar de acordo com a legislação tributária das esferas alcançadas e em conformidade com o objeto contratado no tocante à sua natureza (prestação de serviços e/ou comercialização).

20.7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.8. A apresentação da Nota Fiscal ou Fatura para pagamento deverá observar o seguinte:

20.8.1. O prazo de validade;

20.8.2. Data de emissão;

20.8.3. Dados do contrato e do órgão contratante;

20.8.4. Período de prestação de serviços;

20.8.5. Valor a pagar;

20.8.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

20.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

20.10. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

20.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

20.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

20.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.15. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

20.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, quando couber.

20.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a compensação financeira devida pela CONTRATANTE será calculada por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo que:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
 $I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado:
 $I = i / 365$ $I = (6/100) / 365$ $I = 0,00016438$
Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

21. DO PAGAMENTO PELO FATO GERADOR – REFERENTE AO ITEM - 4 SERVIÇO DE MOTORISTAS

21.1. O Coren-SP, nos pagamentos mensais, adotará os seguintes procedimentos:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

a) Serão objeto de pagamento mensal pela Administração à Contratada, o somatório dos seguintes módulos que compõem o Anexo III – Planilha de Custos e Formação de Preços.

1. Módulo 1: Composição da Remuneração;
2. Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários e FGTS;
3. Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários;
4. Submódulo 4.2: Substituto na Intra jornada;
5. Módulo 5: Insumos; e
6. Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), que será calculado tendo por base as alíneas acima.

b) Os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias devidas aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto - *tais como horas extraordinárias, adicional noturno e pernoites* - não serão parte integrante dos pagamentos mensais à contratada, devendo ser pagos pela Administração à contratada somente na ocorrência do seu fato gerador;

c) As verbas discriminadas na forma do tópico “20.2” acima somente serão liberadas nas seguintes condições:

c.1) pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

c.2) pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

c.3) pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;

c.4) pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao contrato; e

c.5) outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.

21.2. A não ocorrência dos fatos geradores discriminados na alínea “b” acima não gera direito adquirido para a contratada das referidas verbas ao final da vigência do contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas neste Termo de Referência e demais anexos do Edital.

22. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

22.1. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO) - **CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO ITEM 4 – SERVIÇO DE MOTORISTAS**

22.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

22.1.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.

22.1.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

22.1.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

22.1.5. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

22.1.5.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

22.1.5.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;

22.1.5.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

22.1.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

22.1.7. As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

22.1.8. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

22.1.8.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

22.1.8.2. da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

22.1.8.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

22.1.9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

22.1.10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

22.1.11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

22.1.12. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

22.1.13. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

22.1.14. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA/IBGE**, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

22.1.14.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

22.1.14.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

22.1.14.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

22.1.14.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

22.1.14.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

22.1.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

22.1.15.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

22.1.15.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

22.1.15.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

22.1.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

22.1.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

22.1.18. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

22.1.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

22.1.20. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.1.21. Não serão objeto de repactuação os percentuais de custos indiretos e lucro constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços do contrato administrativo.

22.2. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REAJUSTE) - CONDIÇÕES APLICÁVEIS AOS ITENS 1, 2 e 3 – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

22.2.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

22.2.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

22.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

22.2.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

22.2.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

22.2.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

22.2.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

22.2.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

22.3. OS VALORES PREVISTOS PARA OS ITENS 5 e 6 CORRESPONDEM A RESERVAS DE VALORES PREDETERMINADAS PELA ADMINISTRAÇÃO e, portanto, não serão objeto de reajustamento. Assim, em



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

sendo constatado o subdimensionamento das demandas, deverá a Administração promover termo aditivo ao contrato de prestação de serviços cf. §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

23. GARANTIA DA EXECUÇÃO

23.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

23.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

23.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666 de 1993.

23.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

23.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

23.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

23.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

23.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

23.2.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

23.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

23.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

23.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

23.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

23.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

23.8. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

23.9. Será considerada extinta a garantia:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

23.9.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

23.9.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

23.10. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

23.11. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Termo de Referência e no Contrato.

23.12. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

23.13. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

23.14. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) Cometer fraude fiscal.

24.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendida aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II. Multa de:

- (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

(quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor estimado do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
 - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observando o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover rescisão do contrato;
 - (6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- III. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- IV. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

24.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem “iv” deste Termo de Referência.

24.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

24.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor total estimado do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor total estimado do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor total estimado do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor total estimado do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor total estimado do contrato

TABELA 2



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1

24.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

24.6.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

24.6.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

24.6.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

24.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

24.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Coren-SP, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do órgão e cobrados judicialmente.

24.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

24.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Coren-SP poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

24.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

24.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

24.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

25. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

25.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

25.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.

25.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

25.3.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

25.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- a)** Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços de locação de veículos automotores, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;
- b)** Comprovação que já executou contrato(s) de locação de veículos automotores com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de veículos a serem locados (*no presente caso, 17 (dezessete) veículos*);
- c)** Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados (*no presente caso, 2 (dois) postos de motoristas*).

25.3.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

25.3.1.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

25.3.1.4. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

25.3.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

25.3.1.6. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

25.3.2. Declaração de que instalará escritório na cidade de São Paulo ou em um raio máximo de 300 (trezentos) quilômetros da Capital, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

25.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

25.4.1. Valor Global (Grupo Único): R\$ 6.545.273,24 (seis milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, duzentos e setenta e três reais e vinte quatro centavos), para o período de 30 (trinta meses);

25.4.2. Valores Unitários: Conforme tabela do subitem 1.2. supra.

25.4.3. Critérios de Valor para Aceitabilidade da Proposta Comercial (Itens do Anexo III – Planilha de Custos e Formação de Preços)

25.4.3.1. Itens 1, 2 e 3 (locação de veículos): Máximo aceitável (entendido pelo **valor total mensal estimado por veículo**, de forma que o preenchimento dos valores de custos fixos e variáveis dos veículos serão de arbítrio da licitante interessada, uma vez que podem variar significativamente entre diferentes fabricantes e modelos de veículos novos ofertados);

25.4.3.2. Item 4 (serviços de motoristas): Estimativo, com exceção dos valores unitários definidos para os itens componentes do Módulo 5 - Insumos Diversos e dos percentuais definidos para os Custos Indiretos constantes do Módulo 6 – Custos Indiretos e Lucro, aos quais o Coren-SP definiu valores unitários e percentuais máximos aceitáveis; de forma que será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo de referência fixado pela Administração.

25.4.3.3. Itens 5 (pagamento de pedágios) e 6 (aquisição de combustíveis): Tratando-se de verbas dimensionadas pela Administração para acobertar custos com pagamentos de pedágios e aquisição de combustíveis durante a execução contratual, não serão objeto de lances, inclusive descontos, devendo as licitantes prevê-los, em valor integral, em suas respectivas propostas.

25.4.4. Como o regime de execução será o de empreitada por preço global, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus itens supera o correspondente custo unitário de referência do item fixado pela Administração.

25.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

25.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

26. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

26.1. Valores unitários e totais de referência estão definidos na tabela do tópico 1.2 deste Termo.

27. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

27.1. As despesas com a contratação serão acobertadas dentro dos elementos de despesas:

27.1.1. *Locação de veículos: n.º 6.2.2.1.1.33.90.39.002.014 – Locação De Bens Móveis;*

27.1.2. *Serviço de motoristas: n.º 6.2.2.1.1.33.90.39.002.050 – Terceirização;*

27.1.3. *Pernoites: n.º 6.2.2.1.1.33.90.33.010 – Hospedagem e traslados;*

27.1.4. *Pedágios: n.º 6.2.2.1.1.33.90.33.011 – Pedágios.*

27.1.5. *Combustíveis: 6.2.2.1.1.33.90.30.001 – Combustíveis e Lubrificantes – Automóveis.*

São Paulo, 23 de maio de 2023.

Integrante Requisitante / Técnico	<div>Viviane Vanessa de Sousa <small>Assinado de forma digital por Viviane Vanessa de Sousa Dados: 2023.05.23 12:37:33 -03'00'</small></div> <div>Viviane Vanessa de Sousa Coordenadora de Área - GEAD Matrícula 539</div>
Responsável pela Elaboração do Termo de Referência	<div>Andreia Alves de Lima Gerente de Compras e Contratos Matrícula 1125</div>
Responsável para Área Requisitante	<div>João Marcos do Nascimento Gerente – GEAD Matrícula 1187</div> <div>João Marcos do Nascimento <small>Assinado de forma digital por João Marcos do Nascimento Dados: 2023.05.23 12:45:43 -03'00'</small></div>